



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

ANTÔNIO LAYLSON EVANGELISTA DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS
FERREIRA**

REDENÇÃO – CEARÁ

2023

ANTÔNIO LAYLSON EVANGELISTA DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS
FERREIRA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (CE), do Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Barrocas Tavares.

REDENÇÃO – CEARÁ

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Antonio Laylson Evangelista da.

S578e

Educação especial e inclusiva EMEIF Francisco das Chagas
Ferreira / Antonio Laylson Evangelista da Silva. - Redenção, 2023.
46f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabíola Barrocas Tavares.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Práticas
docentes. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.9

ANTÔNIO LAYLSON EVANGELISTA DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS
FERREIRA**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do diploma de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 26/01/2023

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA



Orientadora e Presidente: Prof. Dra. Fabíola Barrocas Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Examinador Interno: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Examinador Interno: Prof. Dr. Ivan Costa Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho (monografia) à minha orientadora e à banca avaliadora, que participaram ativamente no desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso com suas sugestões e compartilhamento de ideias. O êxito na conclusão desta pesquisa não seria o mesmo sem a vossa participação. Gratidão eterna a todos os professores que tive durante o curso.

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, porém leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos”.

(Paulo Beleki)

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus e a Jesus Cristo, sou muito grato por este presente maravilhoso que é a vida! Eu te agradeço Senhor, por todas as coisas boas e más que me aconteceram. Cada uma delas, ao seu modo, me fez chegar aonde eu cheguei, e me fizeram ser quem eu sou. Foi a minha jornada de tropeços, vitórias e derrotas, que me fez enxergar o verdadeiro significado e beleza da vida, pois a fé que tenho em ti alimentou meu foco, minha força e meus caminhos.

Em segundo, minha mãe Aelayla, que me ajudou muito em toda minha vida, me dando todo apoio necessário para que eu pudesse me tornar algo que ela não conseguiu em sua vida. Apesar de todas as dificuldades encontradas, ela sempre buscou fazer o possível e o impossível para me ajudar sem nunca medir esforços. Foram muitas adversidades que enfrentamos juntos e, para conseguirmos superá-las, o seu apoio, ao lado de meu pai, foi fundamental em todos os momentos.

Agradeço também a todas as pessoas da minha família que me ajudaram até aqui, dentre elas posso citar: minhas irmãs Mayla, Nayla e Alice. Além de serem da minha família, são minhas confidentes, meu braço direito, minhas melhores amigas! Obrigado por tudo que vocês sempre fazem por mim. A minhas primas, primos, tios e tias, avôs e avós que sempre batalharam muito para me oferecer uma educação de qualidade e sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

À orientadora Professora Dr^a. Fabíola Barrocas Tavares, grande intelectual da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que foi de extrema importância no meu trabalho e é uma profissional que eu particularmente admiro muito por sua capacidade e dedicação. Sua peculiaridade de tranquilizadora foi primordial para avançar nos objetivos almejados.

Agradeço também a todos os meus amigos que me ajudaram até aqui, dentre eles posso citar: meu amigo-irmão Francisco Danierbes, que é uma bênção. Sou grato a Deus por ter você e saber que posso sempre contar com seu apoio. Agradeço também a Cleene Santos, Roberto Santos, Johnny Mackllay, Francisco Hendell, Fábria Dantas, Liliane Silva, Cleny Sousa, Natália Freitas, Maria de Jesus, Maria Nazira, Edilene Bernardo, Lucas Castro, que para mim é um grande amigo historiador, e minha amiga responsável pela coordenação geral do IH, Melícia de Sá.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho trata da Educação Especial Inclusiva, seus aspectos históricos e normativos, analisando o modo de atividades realizadas na escola para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) e caracterizando o serviço de atendimento educacional especializado (AEE) na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, localizada na zona rural do município de Barreira, interior do estado do Ceará. O método utilizado na pesquisa foi o qualitativo, feito através de análise de respostas de educadores da instituição EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas. A partir da análise de dados constatou-se dificuldades, recursos e conquista apontados pelos professores, ministrando aulas na perspectiva da educação especial e inclusiva. Esse trabalho ditou-se em reflexões sobre educação especial e inclusiva, a partir dos escritos de FONSECA (1995); MENDES (2020); FREIRE (1987; 2004); PIMENTEL (2012) e também dialogando com alguns artigos escolhidos relacionados à temática.

Palavras-Chave: Educação. Inclusão. Prática Docente. Metodologias.

ABSTRACT

The present work deals with Inclusive Special Education, its historical and normative aspects, analyzing the mode of activities carried out at school for the inclusion of children with special educational needs (SEN) and characterizing the specialized educational service (AEE) at EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, located in the rural area of the municipality of Barreira, in the interior of the state of Ceará. The method used in the research was qualitative, carried out through analysis of responses from educators from the institution EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, collected from semi-structured interviews. From the data analysis it was verified difficulties, resources and achievement pointed out by the teachers, teaching classes in the perspective of special and inclusive education. This work was based on reflections on special and inclusive education, based on the writings of FONSECA (1995); MENDES (2020); FREIRE (1987; 2004); PIMENTEL (2012) and also dialoguing with some chosen articles related to the theme.

Keywords: Education. Inclusion. Teaching Practice. Methodologies.

RESUMEN

El presente trabajo trata de la Educación Especial Inclusiva, sus aspectos históricos y normativos, analizando el modo de actividades realizadas en la escuela para la inclusión de niños con necesidades educativas especiales (NEE) y caracterizando el servicio educativo especializado (AEE) de la EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, ubicada en la zona rural del municipio de Barreira, en el interior del estado de Ceará. El método utilizado en la investigación fue cualitativo, realizado a través del análisis de las respuestas de los educadores de la institución EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, recolectadas a partir de entrevistas semiestructuradas. A partir del análisis de los datos se verificaron dificultades, recursos y logros señalados por los docentes, impartiendo clases en la perspectiva de la educación especial e inclusiva. Este trabajo se basó en reflexiones sobre la educación especial e inclusiva, a partir de los escritos de FONSECA (1995); MENDES (2020); FREIRE (1987; 2004); PIMENTEL (2012) y también dialogando con algunos artículos escogidos relacionados con el tema.

Palabras Clave: Educación. Inclusión. Práctica docente. Metodologías.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAPÍTULO 01 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: HISTÓRIA E CONCEITOS.....	19
3. CAPÍTULO 02 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA EM BARREIRA-CE.....	27
4. CAPÍTULO 03 – AEE NA ESCOLA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA NA PERCEPÇÃO DE SEUS DOCENTES.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6. REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

A iniciativa de termos um olhar investigativo para a Educação Especial e Inclusiva, entre outros fatores deu-se por conta, da relação profissional com esse público desde 2018, quando me tornei monitor na EMEF Maria Augusta Russo dos Santos, localizada na cidade de Redenção-CE. As atividades se desdobravam em acompanhamento das crianças com necessidades educacionais especiais (NEE), realizando um suporte aos docentes em sala de aula, garantindo a inclusão e permanência desses sujeitos no ambiente escolar.

Acrescentando-se aos trabalhos realizados em sala de aula, havia uma rotina a ser seguida cotidianamente pelos profissionais da instituição, que consistia em receber todos os estudantes na portaria da escola, desejando boas-vindas, com mensagens positivas, e de vez em quando com um abraço e um aperto de mão. Esse tornou-se um modelo de acolhida externa, e que fomos solicitados a fazer durante todo o período de monitoria. Após a entrada no portão principal, caminhávamos até a nossa respectiva sala de apoio.

Essa acolhida já trazia tranquilidade para os alunos com necessidades especiais. As atividades eram desenvolvidas nos dois turnos com alunos com deficiência física, com formações semanais oferecidas pela prefeitura local, em um programa de bolsas remuneradas no valor equivalente a R\$ 400,00 reais mensais. Esse programa teve estrutura desenvolvida em uma parceria do município com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Ao revivermos todo esse cenário escolar lembramos episódios semelhantes na infância e que, reforçam ainda mais a necessidade em produzir cientificamente sobre a temática pouco discutida no meio social, e que vem ganhando força também nos espaços acadêmicos, seja na oferta de disciplinas, formações continuadas e/ou pesquisas de cunho científico. Nasci em 06 de Setembro de 1998, na cidade de Redenção, pertencemos a uma família muito humilde, tenho três irmãs, sou o único homem e segundo mais velho. Meus pais são agricultores e, em outras horas minha mãe cuida da casa e de minhas irmãs mais novas.

Apesar de meus pais não terem frequentado a escola, em sua infância, naquela época era bastante difícil ter acesso à educação no local onde moravam, mesmo assim, meus pais reconhecem algumas palavras, viajam sozinhos de uma cidade para outra e, conseguem identificar seu ponto de partida e chegada. Meus pais sempre gostaram de ensinar o pouco que adquiriram ao longo do tempo, os saberes tradicionais de vida, adquiridas durante processos de colheita, um olhar diferenciado durante a debulha do feijão e/ou até mesmo no trato de animais, já que costumam criar alguns deles no quintal de casa.

Lembro-me de cada detalhe repassado, seja da medida de uma colher de sopa de um tempero ou de uma xícara de açúcar na preparação da calda do bolo de maçã. Acreditamos que com isso nos foi despertado o desejo de ser professor. O tempo mostraria os caminhos a serem traçados, e que os livros seriam mais leves, que todas as ferramentas que meus pais carregavam todo o nascer do sol, caminhando em sentido à labuta e ao retornarem no final de tarde, cansados de um dia produtivo, mas carregados de esperança de que teríamos o que comer nos dias seguintes.

Iniciamos na vida escolar próximo de completar quatro anos, na rede pública de ensino em Redenção-CE. Como meus pais não sabiam ler e escrever, meu papel era de reproduzir os acontecimentos em sala de aula com eles. Durante todo esse período de estudos do fundamental ao médio, tive amizades com que mantivemos contato até os dias atuais. Sol – vou nomeá-la assim, pois é uma figura preciosa, um ser que enriquece e ilumina a vida, especialmente a existência dos que a cercam, foi uma amiga inesquecível.

Uma das memórias mais fortes e vivas é de vê-la pela primeira vez. Ela quase não se comunicava com os demais colegas, o que gerava uma resposta de exclusão para o restante da turma, por não se enturmar com os demais colegas de turma. De acordo com as falas da professora na época, a Sol possuía um transtorno do desenvolvimento que a levava a comprometimentos na comunicação e interação social, o motivo pelo qual ela não participava das atividades em sala e possuía pavor ao ver a turma dentro de dinâmicas promovidas pela instituição, o que tornava seu comportamento restritivo e muitas das vezes, repetitivo.

Para explicar melhor, a professora citou que a colega possuía o Transtorno do Espectro do Autismo¹, mas que se precisaria ser levado em conta à particularidade da colega e os demais alunos da escola que possuíam o espectro, uma vez que o transtorno se manifestava de maneira diferente. Tivemos uma pequena explanação a respeito, mas tudo breve, o que gerava ainda mais questionamentos, não somente da minha parte, como de toda a turma.

O autismo, por ser pouco discutido na época, e apresentado à turma assim, fez com que a mesma fosse alvo de apelidos grosseiros, piadas e chacotas de vários colegas de turma, até mesmo de alguns funcionários. Recordamos que a mesma se acomodava no final da sala, e ali permanecia até a hora da saída, (algo) que se repetia cotidianamente, e que perdurava até o último dia letivo do ano.

¹ O Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por alterações na comunicação social e no comportamento. Transtorno do Espectro Autista (TEA) é a denominação oficial, a partir da mudança na Classificação Internacional de Doenças, publicada pela Organização Mundial da Saúde – o padrão global para informações de diagnóstico de saúde. Em vigor desde janeiro de 2022, a CID 11 passou a englobar como TEA todos os transtornos e síndromes relacionadas.

Todos esses comportamentos nos levavam a questionamentos: *Porque ela era assim? O que diferenciava ela dos demais? Com quantos anos se identificava uma criança com autismo? Por que ela tinha dificuldade em olhar no olho das pessoas?* Isso nos instigou a buscar um contato direto, uma pesquisa aprofundada e uma vontade absurda em ajudar, desmitificando preconceitos enraizados pelo senso comum em nossa sociedade e mostrar para os demais que somos iguais, independentemente de nossas diferenças.

Com o passar dos anos, fomos avançando e trocando de professores. No 5º ano tivemos uma professora rígida, ela gritava bastante com a turma, batendo um bastão no quadro branco quando não recebia a resposta que buscava entre as crianças. Sentia que Sol possuía certo medo a respeito do comportamento da professora e isso não colaborava com sua aprendizagem. A mesma sofria bastante ao ser exposta durante dinâmicas em sala de aula.

Como se não bastasse, a professora xingava, realizava comparações e tudo isso a desanimava cada vez mais. A Sol possuía determinado domínio a respeito do conteúdo ministrado, mas a forma como a professora se portava, a inibia e bloqueava sua fala. Tudo isso deixávamos inconformado. Passávamos horas conversando, acompanhava Sol em todas as atividades, em duplas durante provas pesquisadas e/ou em grandes grupos na apresentação de seminários científicos, na fila para o lanche e/ou em atividades recreativas.

Sempre tínhamos bons resultados em avaliações, o que gerava bons olhares não somente dos colegas, como também dos profissionais da instituição. E assim, foi durante todo o Ensino Fundamental dentro da instituição escolar. Fora dela esse vínculo se fortaleceu ainda mais, pois acompanhávamos ela desde o portão da escola até sua casa, uma vez e outra comemorávamos alguma data festiva com seus familiares, entre outras situações.

No ensino médio, a situação já era considerável, nossa permanência dentro dos muros escolares só nos fazia crescer, conquistando prêmios em olimpíadas de matemática e nos destacando nas avaliações do estado. Essa escola de nível médio era muito envolvida com projetos sociais, um deles tinha o título de “+Inclusão” no qual desenvolvemos propostas para adaptar o chão escolar para a integração de jovens com necessidades especiais.

Quando o ensino médio terminou Sol foi morar em São Paulo-SP com a família, pois moravam de aluguel, tudo estava ficando cada vez mais difícil e seus pais não recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), já que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, devido a sua renda e, pela deficiência de Sol. Toda alimentação e manutenção das necessidades básicas como luz e água eram custeadas através do esforço de sua mãe que realizava faxinas em casas de família no centro de Redenção-CE.

Por ser um trabalho autônomo e dependente da necessidade das chefes de famílias da localidade, não era todos os dias que havia trabalho, na maioria das vezes, a clientela só aparecia no final do mês, o que os deixavam na incerteza se haveria o que comer nas próximas semanas, foi aí que decidiram abandonar a cidade de Redenção-CE e alçar novos voos na grande cidade de São Paulo – SP foram para Barra Funda, bairro onde seus avós maternos moravam há 10 anos, isso nos distanciou fisicamente, mas continuamos nos falando virtualmente pelas redes sociais.

Com todas essas mudanças surgiu o desejo de ingressar no Ensino Superior. Mas qual curso fazer? Que carreira seguir? Só pensava em um curso que me fizesse ganhar dinheiro, pois a nossa situação financeira nunca foi das melhores e a única chance de reverter todo esse quadro era na educação. Tivemos em mente 03 cursos: Administração, Direito e Engenharia, então prestamos vestibular na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e realizei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Com poucos pontos na primeira fase do vestibular fomos desclassificados e de cara descartamos a possibilidade de realizar esses cursos que exigiam horas de estudos e simulados, pois não tínhamos tempo e, muito menos dinheiro para custear os cursinhos oferecidos nas instituições privadas de ensino há poucos quilômetros do centro de Fortaleza – CE. Encontrávamos perdido na escolha, passávamos boa parte do dia pesquisando sobre profissões e conversando com meus pais sobre o que seguir, e foi numa dessas conversas que decidimos continuar a trajetória dentro da educação, que sempre nos acolheu em todas as minhas ações.

O resultado do ENEM apontou uma vaga no ensino superior no curso de Pedagogia, o que nos fez relembrar toda essa trajetória, já que as participações em projetos e ações dentro dos muros escolares tiveram êxito. Tudo aquilo nos fazia sentir completo, cada conquista na sala de aula nos impulsionava a querer sempre mais. Ser professor é muito mais que exercer uma profissão, dar aulas, aplicar e corrigir provas. Ser professor transcende a essas limitações, nos exigindo esforço, tempo, conhecimento e mais ainda, ser professor requer compromisso e comprometimento.

Mostrar o diferencial sempre foi nosso objetivo e observando a carência de profissionais especializados na região, resolvemos nos dedicar a esta área com o intuito de buscar melhorias nas escolas. Nos muros acadêmicos em 2018, o interesse pela temática da Educação Inclusiva ganha ainda mais potencialidade, e os primeiros estudos foram aprofundados dentro da componente de Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, pertencente à grade curricular do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB.

Como disciplina obrigatória e tendo como responsável o Professor Dr. Ivan Costa Lima², ela trazia em sua estrutura algumas discussões, apresentando a política nacional de educação especial como preceito legal, que conforme orienta as Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia, onde se espera que o estudante deve: “*demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras*” (BRASIL, 2006).

Os estudos teóricos desenvolvidos em sala nos possibilitaram os primeiros escritos deste documento, além do reconhecimento das diferentes tarefas que cabem à educação no que diz respeito ao trato de crianças com necessidades educacionais especiais, onde a discussão sobre a inclusão é algo central na formação não somente de pedagogos, como de futuros professores e gestores. Atuamos também como monitor no campo da Educação Especial e Inclusiva no município de Redenção-CE, com atividades realizadas no turno da manhã na EMEIEF Dr. Edmilson Barros de Oliveira.

Durante os primeiros dias como monitor nesta instituição, observamos que a prática especial inclusiva significa bastante para a condução das ações na escola, consta principalmente em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), e que a escola se importa com os alunos com necessidades especiais e promove práticas que os incluem em sua totalidade. Em Redenção, já existe esse projeto há mais de dez anos dentro das escolas públicas municipais.

Em Redenção havia um serviço de atendimento às crianças com necessidades especiais, entre elas as com dificuldades de aprendizagem, cego-surdos, perturbações emocionais graves, deficiência visual, multideficiência, entre outros problemas de saúde. Houve também um polo com apoio pedagógico para suporte em atividades da vida diária, como por exemplo: alimentação, vestir e higiene. Hoje promove-se a integração dessas crianças no chão de sala com o seu monitor responsável, sendo definido um para cada turma.

Sabemos como é difícil a realidade de nosso país, e em meus tempos de escola, professores não tinham conhecimento e não lhes eram garantido uma disciplina específica de educação especial em suas formações, para aprender a atuar com os alunos que possuíam necessidades especiais, seja ela visual, motora, mental, auditiva e/ou cerebral. Muitas crianças matriculadas na rede municipal de Redenção-CE possuem comprometimentos severos, que dependem de cuidados especiais, higienização, locomoção e auxílio para alimentação.

² Professor Dr. pertencente ao Instituto de Humanidades (IH), lecionando atualmente nos cursos de Bacharelado em Humanidades e Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no município de Redenção e Acarape, estado do Ceará.

Na área infantil temos o Assistente de Educação Infantil (AEI), com atribuições de cuidados às necessidades dos alunos. O campo de experiência: traços, sons, cores e formas vêm sendo trabalhado com as turmas visando um levantamento a respeito do desenvolvimento da criança com necessidades especiais em seu processo de aprendizagem.

Nos Anos Iniciais do ensino fundamental, em Redenção-CE esse cenário duplica, não existindo profissionais suficientes para atender, e muitas das atividades exigem uma higienização com mais detalhe, algumas usam fraldas, geralmente, precisam ser tirados da cadeira e recolados novamente, além de que precisam mudar de postura por orientação médica. O monitor que está na escola precisa ser um colaborador do professor da sala regular, desenvolvendo um trabalho em conjunto de orientação e apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais, para garantir o direito dele de aprendizagem na turma onde estuda.

A demanda vem aumentando cada vez mais e o município deve levar em conta todos esses números que são perceptíveis em situações cotidianas. A fala de uma professora revela a falta de profissionais especializados, em um contexto de grande procura por matrículas de alunos com necessidades especiais. Ela destacou: como ter instrutores, professores especializados se o município não oferece uma formação continuada na área?

De forma habitual, esse nosso amor pela Educação Especial e Inclusiva, antecedente a minha entrada à universidade. Com isso, decidimos que o trabalho de conclusão seguiria esse rumo, produzindo sobre essa área e discutindo sua importância, não somente dentro do ambiente escolar, mas em nossa sociedade contemporânea como um todo. Diante do que foi apresentado até aqui, alguns questionamentos nos ajudaram na reflexão do que pretendemos levar adiante nesta pesquisa. Muitos desses questionamentos surgiram no contexto da experiência na monitoria realizada no município de Redenção-CE, mas como estivemos desenvolvendo trabalhos no município de Barreira-CE, a coleta de dados foi realizada nesse município, na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira (lócus da pesquisa).

A primeira percepção que tivemos a respeito da Educação Especial dentro da instituição citada acima foi de que ela possuía uma instrução padronizada. Desse modo os professores de salas regulares quando encontravam estratégias que funcionavam com um aluno, replicavam para o restante da turma, desconsiderando outras abordagens conforme a evolução de cada um dentro de sala, acarretando um ensino de viés único, ou seja, não garantia em sua totalidade um papel de integração da criança no ambiente escolar, pois a proposta educativa não era individualizada para cada aluno com necessidade especial. Mediante o exposto, surgiu questionamentos que norteiam esta pesquisa: *Quais metodologias aplicadas garantem uma educação especial, ainda por cima, que trate as diferenças como um*

fundamento principal, promovendo a integração entre todas as crianças, independente das suas especificidades? Quais os desafios enfrentados cotidianamente pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

A partir dessas discussões, e pensando na garantia de uma educação especial e inclusiva para todos que vem afirmar sobre as formações de professores, onde devem incluir conhecimentos a respeito de crianças, jovens e adultos, incluindo as especificidades de sujeitos com necessidades educacionais de caráter especiais. Dessa forma, o presente trabalho se constitui em uma pesquisa realizada a respeito das metodologias e desafios encontrados na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira no atendimento educacional especializado.

Diante disso, fazemos análise de um contexto escolar inclusivo com o intuito de ampliar a discussão sobre a temática no âmbito acadêmico, desejando analisar a prática docente, com vista à inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula. Ao lançar mão dos objetivos que compõem essa pesquisa científica queremos falar da finalidade ou meta que pretendemos atingir.

A pesquisa exige uma dedicação do investigador, por isso traçar os objetivos é fundamental tanto para responder as inquietações quanto na obtenção dos resultados, por isso temos como objetivo geral: apontar novos caminhos para a prática docente, com visa na inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira em Barreira-CE.

O estudo teve como objetivos específicos:

- Contextualizar a Educação Especial Inclusiva, seus aspectos históricos e normativos;
- Analisar o modo de atividades realizadas na escola EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira pelo serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão das crianças com necessidades especiais;
- Caracterizar o serviço de atendimento educacional especializado AEE;
- Analisar a percepção dos professores sobre o serviço de atendimento educacional especializado AEE;

A estrutura da presente monografia é composta de uma introdução, metodologia, possui três capítulos estruturados a partir dos subtítulos descritos a seguir: I. Educação Especial e Inclusiva no Brasil – história e conceitos; II. Educação Inclusiva no Município de Barreira-CE – normas e leis sobre a educação especial inclusiva; III. A Educação Inclusiva na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira e o Serviço do Atendimento Educacional Especializado AEE, por fim as entrevistas realizadas com os profissionais, análise de dados, conclusão e as referências utilizadas.

CAPÍTULO 01 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL: HISTÓRIA E CONCEITOS

É importante frisar que a educação é um dos pilares mais importantes em nossa sociedade, sendo um direito fundamental de cada indivíduo, pois, ela combate a desigualdade social, estimula a sustentabilidade, promove os direitos humanos e diminui a violência. Atualmente, a temática sobre Educação Especial e Inclusiva vem ganhando força e se destacando nos últimos anos dentro da academia, a partir de estudos e pesquisas de cunho científico, desde suas teorias a seus modelos de diretrizes, até a prática pedagógica cotidiana, encontrada dentro dos muros escolares, relativas à Educação Especial.

Abordar Educação Especial na perspectiva Inclusiva é tratarmos de uma ideia de educação para todos, com equidade e justiça social, que trate as diferenças como um fundamento principal, respeitando as particularidades de cada sujeito. O intuito de promover a inclusão e a interação de alunos com deficiência dentro do ambiente escolar, objetiva garantir inicialmente que essas pessoas convivam de forma harmoniosa e que sejam respeitadas em sua condição de diferente.

O Decreto de nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999, que se refere à regulamentação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, vem tratar sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e de outras providências, referentes a essa questão. O documento traz em sua estrutura, especificamente em seu artigo 03, as seguintes considerações sobre deficiência:

“I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida”. (BRASIL, 1999, p.01).

Como vemos nessa definição e classificação de deficiência foi dada estritamente de acordo com critérios médicos, considerado uma característica própria do sujeito, sendo entendida como uma limitação pessoal do modelo social. Nos dias atuais, com o avanço da ciência, as pesquisas apontaram alterações, estudos foram atualizados e as definições de deficiência ganharam novos conceitos, isto é, passaram a ser consideradas como parte da diversidade humana, sejam elas deficiências físicas, mentais, intelectuais e/ou sensoriais (FONSECA, 1995).

No contexto escolar é frequente o uso, por professores e gestores, de termos, hoje considerados inadequados ao se referirem aos alunos deficientes, tais como “portadores de deficiência” e “anormais” em situações de comparações com os demais sujeitos que não possuem deficiência os tidos como “normais”. Tal realidade gera confusões, pois isso leva o profissional a focar nos fatores biológicos para distinguir a normalidade, deixando de lado os fatores sociais e as potencialidades individuais, como nos revela Vitor da Fonseca:

“As convicções sociais e as crenças que gravitam à volta da noção de normalidade ideal têm de ser amplamente debatidas, pois geram confusões e adiam a resolução dos problemas. Temos, cada vez mais, de reconhecer que o “normal” em saúde ou em condutas sociais é um luxo biológico ou social. As explicações dos fatos são multifatoriais, não se deduzem de causas exclusivas ou encantatórias. O conceito de “normalidade” não pode reduzir-se a um sentido biológico; ele tem de incluir um conceito de realização no sentido social”. (FONSECA, 1995, p. 10).

Conforme explica o autor acima, ambos os fatores devem ser levados em conta, tanto o social, quanto o orgânico, já que o direcionamento de um só fator acaba rotulando e estigmatizando esses sujeitos como pessoa incapaz, tudo isso pode vir a classificar um comportamento, mas em hipótese nenhuma, a pessoas. Assim, faz-se necessário a utilização do termo correto dentro dos espaços educativos, pois assim se diminui a carga de preconceitos para com as pessoas com deficiência, que também podem ser referidas como pessoas com necessidades individuais e/ou necessidades educacionais especiais (NEE).

Diante disso, destacamos a necessidade, dentro dos espaços escolares, de um esforço coletivo, partindo do corpo gestor para com a sua comunidade escolar, envolvendo não somente professores, como outros membros atuantes no local e alunos, para empregar a terminologia adequada à perspectiva inclusiva.

A educação especial com uma perspectiva política pública inclusiva possui o intuito de promover a inclusão e a interação desses alunos dentro do ambiente escolar e social, fazendo com que convivam em harmonia e que não venham a ser alvo de exclusões por parte de nenhum profissional que realize suas atividades de trabalho dentro da escola, nem tão pouco dos demais colegas presentes.

Podemos entender a partir do que nos traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394 / 96 em seu artigo 58 que Educação Especial é uma modalidade presente dentro do campo escolar, oferecendo ao público com necessidades educacionais especiais um atendimento especializado dentro da rede regular de ensino, de acordo com a peculiaridade de cada um. Esse texto legal é o resultado de diversas lutas históricas para reconhecer o deficiente como um sujeito, que goze seus direitos como os demais em sociedade. Como bem nos assegura o mesmo autor que diz:

“O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos e pouco funcionais, que lhe dão um perfil intra-individual peculiar. Possui igualmente discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável”. (FONSECA, 1995, p. 09).

Vitor da Fonseca (1995) deixa em evidência que os sujeitos com necessidades educacionais especiais devem ser reconhecidos socialmente, independentemente de suas particularidades, sejam elas físicas e/ou mentais, reconhecendo sua existência, pois são seres de potencialidades e possibilidades, lhes atribuindo às mesmas condições de realização e aprendizagem, tanto dentro dos muros da escola, como fora dela.

Toda essa argumentação nos leva a ir de encontro a Freire (2004), pois segundo ele todas as diferenças presentes na escola tornam-se um desafio constante para quem a habita, sendo a educação considerada um dos princípios basilares para a construção de uma sociedade justa, pois nos exige tolerância para que possamos viver de forma harmoniosa em sociedade. Tolerar significa manter o diálogo, interagir com as diversidades culturais, políticas, sociais e religiosas, ela é o valor necessário para a manutenção do equilíbrio social já que “[...] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação

enquanto homens”, por isso, essa é a grande razão para qual o diálogo sempre deve ser levado em conta antes do julgamento final. (FREIRE 1987, p. 79).

Retomando as discussões no que diz respeito a uma educação especial dentro de uma perspectiva inclusiva, esse modelo é, sem dúvida, um dos maiores avanços no campo educacional. Segundo os escritos de MENDES (2020), ela é resultante de vários estudos e discussões acadêmicas que ocorreram, não só no Brasil, como em todo o mundo. O contexto histórico no qual nos encontramos garante esses direitos fundamentados a partir de vários documentos como o da Declaração de Salamanca, que traz as seguintes considerações:

“Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades [...]”. (UNESCO, 1994, p.01).

A citação acima nos mostra neste documento os principais tópicos orientadores para a construção de políticas e práticas educacionais voltadas ao público estudantil com necessidades educacionais especiais. Com isso, percebemos que não é à toa essa educação inclusiva considerada um grande divisor de águas no que diz respeito ao campo da Educação inclusiva, pois ele proclama que as instituições escolares na perspectiva inclusiva devem adotar meios para combater atitudes discriminatórias dentro de seus espaços, possibilitando o acesso e permanência desses alunos na escola regular.

Outro documento que contribuiu para essa perspectiva seria a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estruturado em 30 artigos, se pautando como um norteador para toda a humanidade, na busca pela garantia de um futuro justo e igualitário para todos.

De acordo com os escritos contidos nos Marcos Político-Legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2010), nosso país ganhou destaque no que diz respeito aos avanços do direito de todos à educação, direito esse que vem sendo estabelecido dentro dos parâmetros da Constituição Federal de 1988, sendo fundamentado também em uma perspectiva inclusiva e fazendo a ligação entre o direito à igualdade e à diferença.

Esse texto constitucional nos levou a transformação, induzindo à conversão dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Toda essa visão descrita da educação especial inclusiva rompe com todo um histórico de exclusão e segregação de pessoas com deficiência, visto em vários momentos na história da educação brasileira. Rompeu-se assim com a tradição criada com o surgimento das primeiras instituições segregativas, montadas no final do século XVIII e começo do XIX, quando essas pessoas passaram a ser atendidas em locais que o/s tratavam como se fossem doentes, sendo isolados da família e de toda a sociedade, permanecendo nesses espaços até seu último dia de vida, sendo assim presas, isoladas e eliminadas da sociedade.

Diante disso, os princípios contidos dessa perspectiva inclusiva vêm alterar todas as práticas antecedentes, garantindo a igualdade de acesso e permanência desses alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar, além disso, oferecendo um atendimento educacional especializado (AEE) nas turmas de ensino regular, seja no contra turno e/ou durante toda a permanência desses indivíduos no ambiente da escola. Sua implementação dentro dos muros escolares contempla diversos fatores positivos como nos revela Rodrigo Mendes:

“O primeiro é a garantia de convívio, de interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar, na medida em que essa interação é um ingrediente fundamental para que o aluno seja desafiado e possa desenvolver o máximo de seu potencial. O segundo fator é a garantia de acesso ao mesmo conhecimento, ou seja, ao mesmo currículo”. (MENDES, 2020, p.33).

Acerca das considerações feitas pelo autor, revela-se que as contribuições da educação especial inclusiva vêm causando grandes impactos dentro dos espaços escolares, isso tudo não só porque ela traz consigo a tolerância às diferenças, como também ela contribui para a configuração de um espaço, em que os demais se respeitem pela condição humana. Apesar de tudo isso ser uma grande iniciativa, sabemos que ainda existe um abismo entre o que encontramos na teoria e o que é visto na prática, pois a realidade se transforma e ganha novos significados dia após dia. Sabemos que com todo esse cenário ainda há um quadro significativo de alunos que não acompanham a turma, sem contar com as queixas de professores com suas turmas lotadas e em meio a tudo isso encontramos alunos com necessidades educacionais especiais ainda sem um acompanhamento adequado, realizando suas atividades sem a presença de um profissional especializado, que acaba sendo um dos

muitos casos encontrados nas diferentes escolas espalhadas pelo Brasil, senão pelo mundo. Um dos exemplos citados por Rodrigo Mendes (2020) traz a história de Lucas:

“Lucas tinha sido estudante da escola Clarisse Fecury no ano anterior. Por ter nascido com paralisia cerebral, utilizava uma cadeira de rodas e precisava de auxílio para se locomover. Para tentar reduzir as dificuldades de transporte, Ana mãe de Lucas decidiu transferi-lo para uma unidade escolar situada nas redondezas de sua residência. Apesar de o modelo de educação inclusiva ter estado vigente na rede pública de ensino de Rio Branco desde 2004, Lucas não havia sido bem recebido nessa segunda escola. Conforme Ana relatou: “A gente estava na mesma luta, numa escola bem mais próxima, só que a dificuldade era maior, devido assim, até mesmo, à falta de interesse da escola. E a gente lutou, batalhou, só que não deu certo. Aí foi quando eu resolvi voltar para cá”. (MENDES, 2020, p. 60).

Dentro dessa situação, descrita acima, vemos que o aluno havia sido matriculado por conta da política inclusiva, mas isso não torna o ambiente escolar favorável, já que somente estar ali não significa que ele está incluso. Na maioria das vezes, esses alunos têm grandes dificuldades de comunicação, entre si, com os demais colegas, com o ambiente, e com a escola como um todo. A escola, de modo geral, é vista como um local de promoção de igualdade, integração e inclusão, e é dentro dela que a criança tem a primeira oportunidade de aprender e a conviver com outras crianças fora do contexto familiar, oferecendo segurança a todas essas crianças, substituindo, muita das vezes, o seio familiar.

Tudo isso faz sentido dentro da perspectiva inclusiva e o/a professor/a precisa se tornar um facilitador em vez de impor o seu ponto de vista, atualizando seus conhecimentos e levando em consideração tanto os acontecimentos globais, regionais e locais do momento, quanto a forma como fazer chegar essa informação a todos os alunos. Composto essa estrutura, a necessidade de se ter um monitor auxiliando em sala é fundamental e a inclusão é isso, acolher a todos sem nenhuma exceção e para que de fato ela aconteça, é necessário que, não somente, essas ações sejam garantidas, mas que a estrutura física da instituição e a qualificação de seus profissionais sejam adequadas para os alunos.

Sabemos que, sem essa base a inclusão não ocorre, pois esse modelo envolve a estrutura física da instituição, a família, a comunidade e profissionais altamente qualificados, trabalhando no Serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que pode funcionar dentro da própria escola de ensino regular, criando e organizando novos métodos de

ensino que facilitem a compressão desses alunos na absorção dos conteúdos, como nos apresentam os seguintes autores ao descreverem as funções do serviço especializado:

“Esse serviço tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras existentes. Sua execução pressupõe conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da língua portuguesa como segunda língua, do sistema braille, do soroban, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, da adequação e produção de materiais pedagógicos, da tecnologia assistiva e outros”. (MENDES, 2020, p. 53).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser considerado um caminho para a inclusão se apresentando como política pública carregando objetivos presentes na citação, acima todos relacionados à Educação Especial. Esse atendimento existe para favorecer todo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, como nos traz o Decreto de Nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e outras providências:

“Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II aprendizado ao longo de toda a vida; III não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 2011, p.01).

Cabe destacar que quando o professor não detém conhecimento sobre as peculiaridades das deficiências ele se porta como um sujeito intolerante às diferenças, reproduzindo práticas excludentes acarretando na evasão desses estudantes com necessidades educacionais especiais, como bem salienta o trecho a seguir:

“A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão. [...] A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante, de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos”. (PIMENTEL, 2012, p.139).

Como salienta o autor acima a ausência desses conhecimentos pode ser um dos motivos que leva o estudante a optar por não permanecer dentro dos espaços escolares, além de outras percepções negativas constantes entre professores e familiares, julgando-os como incapazes de realizar determinadas atividades seja em casa e/ou dentro da escola. Diante disso, entendemos que a perspectiva inclusiva engloba inúmeras mudanças, tanto no que diz respeito às concepções, quanto nas diretrizes pedagógicas do processo educacional, onde ambos se apresentem e caminhem juntos, garantindo uma educação que seja não só inclusiva, mas que seja também de qualidade, para todos os indivíduos que nela se fazem presentes.

A inclusão nos permite construir uma sociedade comprometida com mais equidade e justiça social, refletindo a cerca de uma escola de qualidade para todos, sem nenhuma distinção, que abrace não somente alunos e professores, como todos os profissionais presentes dentro dela. O reconhecimento desses conceitos, terminologias adequadas são desafios a serem implementados dentro de um sistema social competitivo, que tende a ser excludente, mas que agora garante às pessoas com necessidades especiais, seguirem buscando o direito de conviver e se educar.

CAPÍTULO 02 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA EM BARREIRA-CE

Neste segundo capítulo apresentaremos a Educação Especial na EMEIF Francisco das Chagas Ferreira, caracterizando-a a partir de dados como: estrutura, profissionais, situando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro de seus muros, comentando sobre os alunos especiais em sala de aula, seu processo de ensino-aprendizagem e comunicação com os demais colegas de turma e, por fim apresentando algumas ações do AEE realizada por profissionais da educação em suas atividades pedagógicas.

A instituição EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira está localizada no povoado de Uruá, região rural do município de Barreira, no estado do Ceará. Segundo a comunidade escolar oferece um ensino de boa qualidade à sua localidade e proximidades contam com um grupo de profissionais qualificados, possuindo o total de: 04 gestores, 26 professores, 01 auxiliar de sala, 01 secretária escolar, 01 agente administrativo, 01 merendeira, 06 auxiliares de serviço, 01 porteiro, 01 do atendimento educacional especializado/ AEE, 02 vigias, 01 professor complementar, 04 cuidadores de crianças especiais, 02 monitor de transporte escolar e 02 motoristas.

Todos os profissionais são formados, garantindo um ensino de qualidade e diferenciado para toda a comunidade escolar, não deixando de esquecer que os gestores são profissionais especializados na área de coordenação e gestão escolar, trabalhando em conjunto para a melhoria do desenvolvimento escolar. A instituição oferece nos dias atuais o atendimento de creche no povoado, recebendo crianças a partir de 03 anos, educação infantil de 04 e 05 anos, e atende alunos de 1º ao 9º ano do ensino fundamental. A escola atualmente recebe 456 alunos em sua totalidade, sendo distribuídas nas turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ainda desse número, 23 desses alunos são atendidos pelo profissional de atendimento educacional especializado (Professor de AEE).

As crianças das turmas da Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental são atendidas no turno matutino de 07h00min (sete) horas às 11h00min (onze) horas e de ensino fundamental anos finais no turno vespertino de 13h00min (treze) horas às 17h00min (dezessete) horas A escola ainda oferece toda uma estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo, o uso de internet em algumas atividades, apesar de não funcionar em todas as salas, pois o sinal não alcança todo o território. A instituição ainda possui um espaço para recreação, no qual professoras e professores que desejam sair do modelo tradicional de sala, possam optar pela utilização

desses espaços, além de um pequeno terreno, dentro da escola que pode oferecer aos alunos outros tipos de experiência.

Professores, em sua maioria, mulheres, ocupam não somente a sala de aula, como também a coordenação, direção, cantina e serviços gerais, tendo poucos homens na atividade de docência, comparado ao grande número de profissionais mulheres. O verdadeiro papel docente na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira não se limita apenas ao ato de ensinar, mas também na contribuição para a transformação de vidas.

Transformações através do ensino atrelado a realidade na qual os alunos e sua comunidade se encontram. Na escola, a equipe gestora identifica as expectativas e necessidades de desenvolvimento dos seus estudantes e propõe atividades, articulando oportunidades educativas capazes de atendê-las. Conforme o PPP da escola nos revela, a função do professor consiste em:

“[...] realizar o objetivo prioritário da escola, o processo de ensino e a aprendizagem. Os professores de todos os componentes formam, junto com a direção e os especialistas, a equipe escolar. Além de seu papel específico de docência dos componentes, os professores também têm a responsabilidade de participar da elaboração do projeto político pedagógico, na realização das atividades da escola e nas decisões do conselho escolar, das reuniões com pais e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da comunidade”. (PPP, 2022, p.37).

Como vemos, sua função é contribuir para que seus alunos reflitam sobre os conhecimentos construídos ao longo do seu processo de formação escolar e, assim, que os mesmos possam agir sobre eles, transformando-os de forma contínua. A escola tem tentado se adaptar as mudanças repentinas do mundo contemporâneo, no entanto ela também precisa se ajustar às necessidades e interesses de seus alunos, levando em conta a situação de cada um, na busca pelo conhecimento, pois todos nos encontramos na mesma situação, mas as realidades são diferentes.

Desde sua fundação, no final dos anos 1960, a escola EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira incluía em suas primeiras versões do Projeto Político Pedagógico, o direito à educação especial inclusiva, contemplando crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, não somente do Povoado de Uruá, como também das proximidades dentro do município de Barreira-CE. O Projeto Político Pedagógico (2022) da EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira serve como guia para todas as atividades escolares que ocorrem durante todo

o ano letivo e dentro dele constam todas as informações da comunidade escolar, como nos traz em suas justificativas:

“Sentimos a necessidade de resgatar em nossos alunos valores como: colaboração, vivência, atenção, honestidade, respeito, responsabilidade, preservação do meio ambiente, união no convívio escolar, amor e afetividade entre família-escola interação com o outro, habilidades proporcionadas às atividades curricular, socialização, conhecimento prévio do que é cidadania visando a ludicidade, a musicalidade, a brincadeira, o letramento, a literatura infantil, a alimentação saudável, o direito da criança e os deveres em sala de aula, o habito de respeitar e cooperar entre todos, proporcionar o âmbito escolar saudável e agradável para envolver entre todos o tema e o lema que se mostra as palavras: cidadania, escola, família, solidariedade e construção da literatura pautada no exercício de uma sociedade”. (PPP, 2022, p.146).

Percebemos nesse documento norteador a preocupação com a formação de sujeito com conhecimento de seus deveres perante a sociedade, tornando-o participativo em todos os seus sentidos, seja dentro ou fora da escola. A estrutura organizacional da escola vem dispor de segmentos administrativos e pedagógicos. A primeira abarca a alocação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e a segunda, engloba as interações políticas, às questões de ensino aprendizagem e de currículo.

Diante dos desafios atuais trazidos com o início da pandemia, a instituição possui uma metodologia participativa dos professores e alunos, favorecendo o trabalho em conjunto com a comunidade, contribuindo para uma transformação social individual e coletiva, como nos revela a passagem:

“Um dos papéis da instituição é criar meios e possibilidades de participação efetiva da família, transmitindo segurança e credibilidade sobre a proposta trabalhada, sanando as curiosidades e dúvidas apresentadas; compartilhando os sucessos e as dificuldades que o trabalho apresenta, fazendo desta parceria uma colaboração mútua em que a família também possa interagir e intervir neste processo. O momento de ambientação é considerado de extrema importância na relação família/escola. É através de reuniões coletivas e individuais com a família ou em atividades de confraternização que a família tem

a possibilidade de conhecer e discutir os objetivos da proposta pedagógica, além de outros assuntos relacionados ao aluno. Há ainda momentos de troca de informações que podem ocorrer na chegada e/ou saída das crianças na instituição”. (PPP, 2022, p. 70).

Nesse sentido, toda essa participação contribui, tanto para o crescimento pessoal quanto coletivo. Portanto, o documento norteador desenvolvido traz toda a realidade escolar a sua volta. Ele sofre alterações de acordo com as necessidades anuais, exigindo empenho e dedicação dos profissionais da instituição, que em seu dia a dia em sala de aula e/ou fora dela, detectam as dificuldades que penetram os muros da escola, realimentando informações no que for necessário, assim, todos os seus objetivos são atualizados se concretizando com sucesso.

Investindo de maneira frequente na formação continuada de professores, a gestão ainda promove palestras semestrais dialogando com o povoado de Uruá e proximidades, acolhendo as diversidades presentes em seus espaços, valorizando suas diferenças e trazendo visibilidade para questões sociais pouco discutida. A equipe pedagógica ainda conta com profissionais qualificados, em sua maioria, possuindo especialização.

Dependendo do quadro de estudantes com necessidades especiais, a instituição em parceria com a secretaria de educação de Barreira-CE promove seleções para o cargo de monitoria, cuidadores e profissionais especializados para dirigir as atividades em conjunto com o/a professor/a de turma. Por conta desse cenário, a escola costuma assumir uma posição de formação permanente para com seus professores efetivos e temporários, para que os mesmos consigam lidar com as particularidades de cada aluno no chão de sala. A escola desenvolveu um modelo de se trabalhar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), pautado na necessidade de cada aluno, sem padrões estabelecidos também à carga horária no contra turno, em espaço próprio e por cronogramas.

Na prática, as crianças com necessidades especiais dentro dos muros da escola desenvolvem diversas atividades flexibilizadas no próprio turno, sendo retiradas da sala regular e trabalhadas na companhia de um profissional especializado com atividades adaptadas, de acordo com a necessidade de cada um. A atual diretora foi à pioneira na organização desse modelo executado, conquistando bons resultados nos últimos anos. Por muito tempo, antes da chegada da atual diretora, a escola passava por mudanças significativas nesse campo, com atividades sendo criadas e adaptadas semanalmente, o que dificultava todo o processo e parceria do professor regular com o profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado.

Tivemos a sorte de conhecer nos primeiros dias o coordenador do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na semana pedagógica, momentos de planejamento e que realizamos com todos os profissionais da instituição para definirmos o percurso a ser trilhado durante o ano letivo. Ele veio conversar conosco e compartilhou sua paixão pela transformação da educação para realmente incluir todas as crianças e jovens. Demos sequência em outros momentos à conversa que começamos naquela semana e cada vez mais fomos nos encontrando, recomendações de livros, projetos, artigos científicos, documentários e filmes educacionais abordando a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares.

As obras são grandes potências pedagógicas e uma delas, já foi apresentada em sala de aula na qual lecionamos, levando a turma a refletir sobre a necessidade de construirmos uma sociedade inclusiva. Com tudo isso, podemos dizer o que mais me inspira no Coordenador do AEE é o fato de ele ter dedicado toda a sua trajetória acadêmica e profissional a promover oportunidades para pessoas com deficiência. Todo esse caminho é nobre e, felizmente, muitas outras pessoas se dedicam a ele, como tivemos oportunidade de constatar, investigando e aprofundando os conhecimentos na área.

O Coordenador do AEE vem trabalhando com simplicidade, em boa companhia dos demais profissionais da instituição e em constante aprendizagem com o público estudantil. Os métodos utilizados por ele e os materiais trabalhados são essenciais para encontrar soluções educativas não somente para dentro da instituição, pois suas ações rompem com os muros da escola e penetram na comunidade em que a mesma se encontra inserida.

Metodologias se desenvolvem bem e o Coordenador do AEE faz questão de envolver todos os/as docentes de salas regulares em suas ações, evitando um trabalho monótono e individual. Seja qual for à origem de sua atitude, ela é uma virtude maravilhosa, pois essa humildade de convidar os outros profissionais da instituição a contribuir com a oportunidade de tornar o mundo melhor, realmente promove a inclusão dessas crianças com necessidades especiais. Em junho de 2022 fomos envolvidos em uma de suas atividades, passando a entender mais sobre assuntos como deficiência cognitiva e física, já que são temas tão pouco abordados em nossos espaços e o Coordenador do AEE fez questão de trazer palestras e filmes que retratavam a temática em diversas situações.

É justamente essa aprendizagem que tem levado a EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira a se destacar dentro do município de Barreira-CE, o que torna distinta sua liderança em relação às demais escolas do município. É notório que a escola é um ambiente de desenvolvimento do aluno, assim como todas as instituições são para seu aluno, no entanto, não pode ser a substituta da família, mas sim um espaço socializador diferente do familiar.

E, é neste contexto que a escola busca uma parceria fixa e direta com as famílias com reuniões mensais, vivências escolar de seus alunos para juntos alcançarem uma educação de qualidade. Atender ao crescimento da demanda de alunos do povoado de Uruá vem sendo um grande desafio para a EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira. Esse foi o motivo que levou o governo municipal de Barreira-CE a investir nessa escola na zona rural da cidade.

O quadro total de alunos atendidos pelo AEE apresentado são 23, sendo: 03 com deficiência intelectual, 06 com deficiência física, 10 com deficiência auditiva, 01 com deficiência visual e 03 com deficiência múltipla. Em 2020, o município havia assumido o compromisso de reforçar o modelo inclusivo em sua rede pública de ensino. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação de Barreira-CE passou a oferecer diferentes tipos de apoio às escolas por meio da Educação Especial.

Um exemplo foi novas seleções para profissionais da educação com o objetivo de aumentar a quantidade de acompanhantes em sala, e seu trabalho consistia em oferecer suporte aos casos de estudantes com deficiência, além de ajudar na formação continuada dos professores de turmas regulares, adjunto à gestão. Outro avanço que percebemos dentro dos espaços escolares de Barreira-CE foi o aumento da figura do “cuidador” no quadro de funcionários do município.

Esse profissional tem o papel de oferecer assistência às questões não somente de alimentação do aluno, como também de higienização e locomoção dos alunos com deficiência, estimulando-os a ampliarem sua autonomia, seu protagonismo dentro desses espaços. Um dos exemplos de inclusão é de uma criança matriculada na escola no 4º ano, no turno da manhã. Algumas atividades da professora responsável por sua turma frequentemente são recusadas por ele. Em certos momentos, mostra-se decidido em tentar acompanhar o ritmo dos colegas de turma, iniciando as lições de classe sozinho, tais como: escrever todo o trabalho realizado naquele dia, faz registro de suas atividades e organizar a composição de datas e horários de entrega de atividades de casa.

Fisicamente a criança não aparenta ter deficiência, tanto que somente após semanas com a nossa presença sentiu-se à vontade para me revelar o que se passava com ele e comentar sobre suas atividades diárias dentro da escola. De acordo com as informações da gestão da escola, a criança foi diagnosticada aos 06 anos de idade com Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), depois de muita tentativa dos pais em consultas, não só no município de Barreira-CE, como também nas cidades vizinhas, levando-os por quilômetros até o centro de Fortaleza, quando enfim recebeu o diagnóstico. Todo esse processo durou desde os 04 anos de idade aos 07 anos.

Muitos interpretavam sua deficiência como uma dislexia, principalmente por se encontrar no 1º ano do ensino fundamental, época em que os professores tem como padrão a alfabetização e letramento do aluno, algo que para ele se tornou difícil de adquirir. O não acompanhamento da criança no processo de letramento, as dispersões foram questionadas pela gestão família. O diagnóstico do TDAH trouxe um esclarecimento, pois ele é um transtorno caracterizado, principalmente, pela falta de atenção, ocorrendo agitação e impulsividade, e no caso da criança observada na escola isso era percebido em suas agitações com os demais colegas no momento de acolhida na Educação Infantil, onde o mesmo não permanecia sentado em círculo como a professora organiza em sala para realizar as cantigas antes das atividades.

Crianças com esse déficit e transtorno costumam demonstrar dificuldades de atenção em suas atividades, seja em casa e/ou na escola, durante, por exemplo, no ensino de conteúdos, possuindo bastante dificuldade de permanecerem sentados, concentrados e tranquilos. Além de problemas com a finalização de atividades, o menino enfrentava bastante problemas diários com a leitura, compreensão de problemas envolvendo cálculos, fator esse que vem sendo trabalhado semanalmente com os profissionais do AEE.

Com todas as medidas de distanciamento e máscaras, para evitar o contágio do vírus causador da COVID-19 e a retomada de atividades presenciais na escola, em agosto o estado decretou o fim do uso de máscaras em lugares fechados, mas que não foram deixadas pela criança. Esse menino antes de entrar na escola põe duas máscaras de pano, comportamento incorporado desde os primeiros meses de 2020, quando a pandemia deixou toda a população dentro de suas residências, exigindo máscaras de proteção, álcool em gel e distanciamento de no máximo 2 metros.

O aluno também veste duas blusas uma por cima da outra, trocando-as durante os intervalos na refeição e recreio. Atualmente, o comportamento da criança de negação do apoio da professora de turma e do responsável pelo AEE, preocupa bastante a família e a gestão. Nada o que lhe é oferecido, como apoio pedagógico é encarado como algo efetivo. Os motivos que levam essa criança a desenvolver essa negação podem ser muito variados e/ou até mesmo um conjunto de todos eles, por exemplo, ele possa estar com problemas ou alterações na dinâmica familiar, como: mudança de residência, nascimento ou falecimento de algum familiar, divórcios dos pais, entre outros conflitos familiares.

Outro motivo que pode o levar a ter essa negação é que ele possua dificuldades em dormir durante a noite e como estuda pela manhã sua disposição é baixa para a realização de suas atividades.

Em qualquer das situações apresentadas acima, é necessário que não somente a escola, como também os pais estejam muito atentos, que consigam perceber o que a criança precisa de ajuda para ultrapassar essa fase e também há possibilidade do aluno estar se sentindo diferenciado dos outros colegas por ter esse acompanhamento e ampliar a entende o que se possa admitir suas necessidades e diferenças.

A instituição tem uma sala específica para o atendimento especializado com materiais adaptados para a necessidade de cada um que venha utilizar, faz parte do seu modelo de ensino, descrito em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) acolher toda criança e jovem, independente de sua religião, crença, cor e/ou deficiência. Todos os alunos com necessidades especiais são acompanhados de perto por seus professores em turmas regulares, onde cada professor registra em um caderno de acompanhamento, contendo os avanços e as dificuldades, ponderando as principais dificuldades daquele aluno em determinado do momento da aula, seja na absorção do conteúdo ministrado, na realização de atividades, no acompanhamento da fala dos colegas, entre diversos outros.

Todo esse mapa é repassado semanalmente para o responsável pelas atividades do AEE. Algumas propostas educativas observadas foram vindas do coordenador e professor responsável do AEE, sendo realizadas atividades que impulsionaram o aprendizado do menino, como momentos de leitura com professores auxiliares de sala, jogos educativos, brinquedos sensoriais específicos, porém diante dos episódios do garoto, em recusar ajuda de profissionais, os pais e profissionais da escola decidiram respeitar o momento da criança, até que, por conta própria, ele viesse buscar esse suporte, como ocorreu durante as minhas primeiras observações em sua turma.

Durante o período de férias de 2022, a criança aceitou ter um acompanhamento remoto com o Professor Coordenador do AEE, concordando em receber, através do dispositivo móvel de sua mãe, algumas atividades de leitura, probleminhas de matemática e vídeos ilustrativos, suporte esse que não o deixava exposto diante dos demais colegas de turma, já que se encontravam de férias. Sempre tiveram apoio, afinal, de um conjunto de pessoas: a direção, a supervisão, a coordenadoria municipal e, sobretudo, a articulação rotineira e planejada entre os professores de cada disciplina e o coordenador de AEE, designado para trabalhar com o respectivo estudante.

Mesmo de maneira simples e com aspectos pedagógicos, administrativos e estruturais por aperfeiçoar, a escola vem proporcionado a todos os estudantes com necessidades especiais essa abertura, à experimentação, fazendo um acompanhamento semanal dessa experiência, sem deixar de reconhecer os erros e eventuais problemas de percurso.

CAPÍTULO 03 – AEE NA ESCOLA EMEIEF FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA NA PERCEPÇÃO DE SEUS DOCENTES

Na busca de melhor aproximação com o problema de pesquisa sobre o tema Educação Especial e Inclusiva foi realizado uma pesquisa bibliográfica e também um questionário, de pequenas perguntas semiestruturadas e observações realizadas no cotidiano da instituição referente às metodologias e desafios encontrados na EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira, com relação à aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

O método utilizado é o qualitativo, que se insere no campo das ciências sociais, sendo usado por pesquisadores das diversas áreas, portanto, esse método será primordial para fazermos a nossa pesquisa. Segundo explica os escritos de MINAYO (2010),

“[...] É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.
(MINAYO, 2010, p. 57).

A autora acima nos chama para perto de seus escritos e nos revela a importância do método qualitativo, tendo em vista que sua abordagem contemplará melhor os objetivos e oferece um melhor parecer na pesquisa com as pessoas. Nosso campo inclui observações prévias realizadas na escola EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira e utilizamos a técnica de entrevista, pois, ela representa uma técnica de coleta, na qual temos um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto.

Para que todas as nossas informações fossem devidamente colhidas, elaboramos um questionário com as perguntas. Também solicitamos aos participantes da pesquisa uma autorização para gravar as respostas em formato de áudio, haja vista que tal procedimento pode causar certa inibição, além disso, procuramos deixar o entrevistado à vontade. O processo de coleta de dados ocorreu durante a manhã do dia 05 de Dezembro de 2022 na sala dos professores.

De acordo com DUARTE (2004), a entrevista serve de grande apoio para coleta de dados, que se baseia no questionamento sobre determinado assunto de forma individual, permitindo um enriquecimento dos estudos. A técnica utilizada auxilia na compreensão de determinados assuntos, facilitando meios que lhes permitam aprofundar os tópicos postos em conversa, fazendo da pesquisa um processo construtivo.

A coleta de informações foi realizada de forma presencial com os profissionais da instituição de ensino, construindo os dados a partir de seus relatos, experiências, necessidades e observações com os outros membros no decorrer da atividade. As entrevistas foram gravadas (com autorização dos participantes) para serem descritas nesta seção, em seguida para a realização de análise e, por fim a discussão dos resultados obtidos.

Embora tenha solicitado a todos os profissionais, uns optaram por não responder e se ausentaram das questões indagadas. De fato, escrever sobre essa temática nos dias atuais é uma tarefa extensa e ampla, pois tivemos que levar em conta os diversos eixos que a perpassam e que se interconectam. O objetivo das entrevistas nessa primeira questão foi verificar como os profissionais (docentes, coordenadores e gestores) da instituição de ensino EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira percebem a ação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de que forma atua.

A primeira entrevista ocorreu com o Professor do AEE, ele relatou dentro de uma visão geral como ele percebe as ações do AEE dentro dos muros escolares. Especificando o local de seu trabalho. O mesmo afirma que ainda falta bastante, para a escola e toda a sua equipe atinjam um nível de excelência no que diz respeito o AEE. A seguir alguns trechos e discussão dessa entrevista:

Entrevistado 01: Professor do AEE: “O Atendimento Educacional Especializado dentro dos muros da escola, ainda falta levar em consideração a... Que todo aluno ele é capaz de aprender, mas que falta esse protagonismo referente aos alunos que pertencem ao AEE... Na maior parte dos... dentro do muro das escolas, ele é levado como se fosse algo menos importante do que o ensino regular ou não levam em consideração que o aluno é capaz de aprender, então... O que ainda falta é que a escola, ela reconheça que qualquer aluno ele é capaz de aprender e a se desenvolver dentro do muro escola. A falta desse protagonismo ela... é... ela gera exatamente essa discriminação em relação aos deficientes e leva em consideração como se essa deficiência, ela... ela fosse algo inferior à aqueles que se diz “normal”. Então ainda faltam... é... esse protagonismo para que a gente consiga equiparar os alunos dessa categoria que necessitam desse atendimento educacional especializado dentro da escola. Levando em consideração que esse atendimento educacional especializado ele só... é... foi visto porque a escola regular, o ensino regular ele não é capaz de conseguir incluir todo aluno dentro do seu planejamento, dentro do seu currículo”.

O mesmo conseguiu reconhecer a exclusão vivenciada por meio de preconceitos evidenciados principalmente na escola, retratando em toda a sua fala, uma sociedade construída com grandes lacunas acerca da garantia de direitos da população. Ainda por cima ele destaca na primeira fala que os profissionais da instituição em que trabalha não estão caminhando na direção da equidade, rompendo modelos históricos de exclusão para com essa parcela da população, especificamente de Uruá, povoado no qual se encontra a escola. A resposta abaixo traz a percepção da diretora acerca da função do AEE:

Entrevistado 02: Diretora da Instituição: “É uma ação de inclusão dos alunos nas atividades escolares e no convívio social dentro da escola e da sociedade. A gente percebe que a partir do... do atendimento do AEE, o aluno se sente aluno, interagindo é... com um todo, ou seja, com toda a sala, com toda comunidade escolar”.

A Diretora entrevistada ainda salientou que toda a ação de Atendimento Educacional Especializado se foca para a convivência dentro dos muros da escola. Esse é um ponto importante, porém não é apenas isso, pois os alunos com necessidades especiais devem receber do AEE o apoio para aprender os conteúdos apresentados em sala. É importante entendermos que o AEE não é um reforço escolar, como a mesma afirma, mas sim um recurso que aprimora o processo de obtenção de conhecimento por parte de alunos com necessidades educacionais especiais.

Para, além disso, ela percebe as ações do AEE como um aliado da educação inclusiva, já que o serviço do AEE não vem substituir o processo educacional dentro desses espaços, mas que vem mostrar caminhos para que ele se potencialize e seja mais eficiente. Parece que a diretora em contato com o coordenador do AEE tem um bloco de notas cheio de atribuições e funções, possuindo muitos desafios e compromissos, além de uma grande responsabilidade para/com esses estudantes. Outro membro da escola, do corpo docente, declara suas percepções sobre o papel do AEE:

Entrevistada 03: Professora do Fundamental II: “Eu acredito que o atendimento educacional especializado AEE tenha proporcionado uma grande conquista, não só para o aluno que necessita de um atendimento que disponibilize recursos e serviços na... que oriente sua aprendizagem, pois esse atendimento ele visa autonomia desse aluno dentro e fora da escola, como também promove acesso e condições para uma educação inclusiva, tornando esse educando o mais

autônomo possível. Para nós professores veio como um grande reforço, pois acompanhar cada discente com as suas especificidades no coletivo da sala de aula regular sempre foi muito difícil para nós professores da rede pública e acredito que para os demais colegas”.

A entrevistada disse que compreende as ações AEE como um reforço para seus trabalhos em sala de aula regular, mas também volta atrás reiterando que não é somente isso. A professora ressalta que todas essas ações se constituem com um direito desses alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado, e que é previsto por lei, ter o professor auxiliar em sala, durante o ensino regular. Antes de encerrar sua fala pondera um objetivo dessas ações dentro dos muros escolares que, no caso é de promover o aprendizado do aluno com necessidades especiais para que ele possa utilizá-los também dentro de sua classe comum. Outro docente destacou sua compreensão sobre a função do AEE:

Entrevistado 04: Professor do Fundamental II: “O AEE atua como um meio que tem como objetivo, né? Principal identificar dificuldades apresentadas pelo aluno e fazer o possível para que aquelas dificuldades apresentadas é... sejam trabalhadas no intuito de... ajudar, ou seja, tanto na aprendizagem como na interação é... no ambiente escolar com os demais colegas”.

O entrevistado entende as ações do AEE como caminhos a serem trilhados até o objetivo final. As ações realizadas dentro dos muros da escola estabelecem um tipo de ponte entre os alunos com necessidades educacionais especiais, coordenador do AEE e professores da sala de aula comum, permitindo através de toda essa conexão uma troca de experiência que contribui em todo o processo educacional e em todo o contexto escolar, principalmente com a inserção desses estudantes na sociedade em que se fazem presente.

Nessa segunda pergunta, as entrevistas foram para entender de que forma o Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua para/com seu público estudantil. O AEE dentro da escola é projetado para melhorar não somente as necessidades de desenvolvimento educacional, como também promover os aspectos físico e social dos alunos que necessitam desse atendimento educacional especializado. Um profissional de educação especial analisa as habilidades de seus alunos e sugere uma metodologia apropriada a cada aluno para criar um plano personalizado, ou seja, a partir das especificidades do aluno, como vemos a seguir em uma de suas falas dentro da entrevista comenta sobre a atuação do AEE em seu trabalho:

Entrevistado 01: Coordenador do AEE: “O AEE ele atua dentro das necessidades do aluno. Ele necessita aprimorar, melhorar, ajudando a ele a... não apenas no campo educacional, mas no campo social pra que ele consiga tanto entrar e sair de qualquer lugar e manter uma conversa, uma oralidade, dependendo da necessidade do aluno. Essa da... dele ter autonomia”.

Para não haver nenhuma confusão sobre a atuação do AEE e seu papel como coordenador geral do AEE, o entrevistado contou acima que, o Atendimento Educacional Especializado atua, orientando-os essas crianças e jovens no acesso às atividades educativas e recebam um atendimento específico de acordo com suas singularidades. Assim como também vem atuar na adaptação curricular, bem como nos procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas. Nessa fala do coordenador também se percebe sua preocupação em proporcionar ao aluno com necessidades especiais um melhor convívio social, favorecendo habilidades de uma fala mais inteligível, para que possa se fazer entender e garantindo como ele diz mais “autonomia” social sem que seja preciso alguém mediar esse momento de interação no coletivo. A passagem abaixo é do próximo entrevistado:

Entrevistada 02: Diretora da Instituição: “Ele atua como parceiro na inclusão dos alunos, com as suas habilidades, respeitando suas necessidades e fortalecendo o sócio emocional de cada um. É... objetivando assim... a aprendizagem de todos. É... quando eu falo na aprendizagem o aluno se sente aluno fazendo atividade com as suas, com a sua... no seu tempo, com a sua necessidade e se sente aluno no sentido em que... está incluso em uma sala de aula com os demais... onde é feito acompanhamento e eles se sente importante, incluído no meio tanto da comunidade escolar como na sociedade”.

Como explana a fala da entrevistada, a atuação do AEE dentro da EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira propicia condições e liberdade para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa construir o seu aprendizado no chão de sala, sem falar do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponibilizado dentro da instituição, tornando o aluno um agente capaz de produzir significado e conhecimento. O AEE da instituição escolar também atua na inclusão, como a mesma pondera, fazendo a criança, realizar ações por meios de seus próprios pensamentos e, principalmente de tomar consciência de que são seres capazes de usar a inteligência. Sobre essa questão ponderou também um docente:

Entrevistada 03: Professora do Fundamental II: “O Profissional do AEE na minha escola ele atende individual e semanalmente os alunos com necessidades especiais. Realizando, desenvolvendo estratégias e atividades direcionadas a especificidade de cada educando. Cada um com a sua particularidade. Nessa... Na nossa escola é feita um calendário, onde os profissionais tem possibilidade de acompanhar cada um com atividades, estratégias específicas a cada necessidade especial utilizando recursos da própria sala do AEE”.

Como vemos, a entrevistada citou algumas atividades que os profissionais do AEE realizam dentro da escola. Nesta fala se desta o papel do acompanhamento individual de cada aluno, pois cada professor, orientado pelo o coordenador do AEE, tem diários para cada um desses alunos, onde registra diariamente, os modos como eles se portaram nas aulas, suas aquisições e dificuldades. Os professores além de mobilizarem as turmas para a adaptação dos alunos com necessidades educacionais especiais em sala regular realizam uma conversa sobre a deficiência do aluno, suas limitações e meios para amenizá-las.

O trabalho colaborativo dos profissionais da instituição é condição fundamental para que identifiquem os problemas dentro do processo de aprendizagem e apontem as estratégias necessárias para o serviço do AEE que garantam a esse aluno as mesmas oportunidades de toda a turma. Diante das respostas podemos perceber que a ideia de inclusão dos alunos com necessidades especiais, para uma parte significativa dos profissionais que participaram da entrevista avalia de forma positivo e negativo o serviço do AEE. Tal percepção pode ocorrer também pelo bom trabalho realizado pelo coordenador do AEE na escola.

Contudo, o próprio coordenador aponta que a Educação Inclusiva vai além de seu serviço, devendo toda a escola, na figura de seus profissionais, acreditar que todas as crianças com necessidades especiais são capazes de aprender, pois o processo de aprendizagem dos alunos se inicia com a motivação do professor fazer de seu ensino o caminho da aquisição do saber. A Educação Especial Inclusiva é, no entanto muito mais abrangente que as percepções aqui apresentadas, pois tal como afirma Vitor da Fonseca:

“Os serviços médicos-pedagógicos devem preocupar-se com ações de prevenção, formação e investigação, ocupando-se do seguimento das crianças entre os dois e os cinco anos, visto provar-se ser este o período em que diminui a vigilância médica e em que aumentam os fatores que interferem significativamente com o desenvolvimento e

com o potencial de aprendizagem (desenvolvimento das aquisições motoras, psicomotoras, perceptivas, de linguagem, de socialização, etc.)”. (FONSECA, 1995, p. 191).

Assim percebemos que a questão da inclusão ultrapassa os muros escolares, pois ela esta voltada a informar a sociedade sobre as deficiências, orientar os pais sobre tal questão pesquisar sobre o tema, formar professores para atuarem em sala de aula com alunos com necessidades especiais, entre outras funções. Todos os entrevistados destacaram a importância dos planos individuais de acompanhamento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Essa metodologia, proposta por Feuerstein, conhecida como Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM) garante o sucesso no processo de ensino aprendizagem voltado a esses alunos (FONSECA, 1995). De um modo geral os entrevistados demonstraram conhecer o AEE e valorizam sua importância nas ações da escola para a inclusão.

“Cabe assim ao sistema educacional á redução considerável de problemas, pois, caso contrário, a sua rigidez seletiva pode ser criticada por ausência de direitos humanos”. (FONSECA, 1995, p. 197).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que discutir sobre Educação Inclusiva, em nossa realidade ainda é um desafio, pois a sociedade ainda possui barreiras para separar as escolas regulares dos sujeitos alunos com necessidades especiais, onde o mais difícil é o preconceito, e a outra é a sua estrutura física, que embora essa não seja difícil de ser modificada. Muitos não lutam pelos seus direitos, porque nem sabem que eles existem.

A escola em sua maioria, de fato, não está preocupada em receber alunos com necessidades especiais. Entretanto, se for esperar que elas se preparem literalmente, a inclusão escolar demorará ainda mais para ocorrer. Contudo, é preciso que a escola dê o primeiro passo para o processo da inclusão de seus estudantes. No entanto, apesar de todo desafios e de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão ocorra.

Mesmo porque, uma vez que a inclusão está prevista em nossa Constituição, como um direito inalienável e que, poderá se construir um crime a escola não receber crianças com necessidades educacionais especiais. A inclusão se impõe a toda à sociedade, e, está além de aceitar as diferenças, mas também aponta para se tomar consciência de que todos que se fazem cidadãos. É evidente a grande dificuldade da efetiva inclusão escolar nos Anos Iniciais, o que justifica a realização dessa pesquisa.

É de suma importância, refletir sobre o desafio da educação inclusiva em sala de aula com alunos com necessidades especiais e os que não a possuem, bem como as dificuldades encontradas pelos professores frente essa problemática, ministrando aulas na perspectiva da educação especial e inclusiva, buscando autonomia desses sujeitos. Sujeitos com necessidades especiais podem traçar seu próprio caminho, sendo protagonistas de suas próprias histórias, como relatado dentro do período de monitoria. Os benefícios da inclusão de crianças especiais não são somente para as escolas, mas para toda a sociedade.

Tais condições acarretam desafios ao sistema escolar de ensino, o qual precisa encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças especiais, pois ainda há muito que fazer para que este ideal se efetive na prática. Percebemos que o/a professor/a precisa tornar-se um facilitador em vez de impor o seu ponto de vista, dessa forma, precisamos refletir as igualdades e diferenças existentes dentro do espaço escolar, analisando a dimensão pessoal e deixando evidenciado aos discentes, que é possível sim convivermos harmoniosamente com as diferenças. As dificuldades são muitas, escolhemos este rumo, como profissionais da educação (Pedagogos/as), que agora exige também educar pessoas com necessidades especiais, mas como não devemos pensar em desistir de nossa missão.

Como em qualquer profissão, há uma parcela do aprendizado que inevitavelmente acontece na vivência de situações reais da prática profissional. É pertinente lembrar que as escolas brasileiras ainda possuem um longo caminho repleto de desafios a enfrentar, ou seja, é necessário que elas construam um viés para não ignorar o que acontece à sua volta, trazendo os alunos para dentro de sala ao invés de excluí-los.

Os escritos deste documento possuem uma relevância social, pedagógica e cultural, como resistência diante das propostas apresentadas, nos últimos anos onde tem-se debatido a perspectiva de acabar com a educação especial e inclusiva, mantendo apenas as escolas especializadas. Essa política educativa aponta para um grande retrocesso, todavia agora, com a retomada do governo pautado nos direitos humanos, tal projeto, com certeza será eliminado. Assim temos fé que nos próximos anos a Educação Inclusiva será fortalecida, garantindo a todas as pessoas o direito básico à educação.

É importante frisar que a educação é um dos pilares mais importantes em nossa sociedade e um direito fundamental de cada indivíduo, pois, ela auxilia no desenvolvimento de um país, porém, ela vai muito além da meta de renda ou das oportunidades de se conseguir um emprego, pois promove a formação humana. Inclusão é a palavra correta. Viva a Educação! Viva os novos tempos! Viva! Para isso, é necessário que o governo atual passe a investir na educação, já que nos encontramos em um período de transição de um governo sombrio (2018-2022) para novos tempos de esperança a partir do dia 01 de Janeiro de 2023, que nessa nova era tenhamos um governo mais comprometido com a educação, saúde, meio ambiente, entre outras esferas necessárias para um convívio harmonioso em sociedade.

E que acima de tudo, um governo que abrace as diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade como parte integrante da condição humana, fazendo-nos aprender mais com a nossa história, nos levando sempre adiante, evitando os mecanismos de fracasso e exclusão dos séculos anteriores. Percebemos que todos nós passamos por muitas vivências em toda a nossa trajetória de vida, e em sua grande maioria, pensamos que elas serão apenas lembranças muitas vezes insignificantes, mas na verdade elas são mais que isso, elas são vivências que nos possibilitam enxergar e compreender as nossas ações.

As narrativas e memórias sejam elas individuais e/ou coletivas se tornam importante para a educação, por isso iniciamos as primeiras laudas dessa monografia relembando momentos importantes do nosso passado e são esses momentos que nos fazem enxergar o que somos, já que como estudantes e pesquisadores necessitamos do ato de escrever, narrando nossas próprias histórias e rememorando essas experiências.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno Resolução CNE/CP nº 1, 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro, 1999.
- BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 7.611.** Base Legislação da Presidência da República, 2011.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Editora UFPR, Educar, Curitiba, n. 24, 2004.
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein.** 2º edição, Revista aumentada, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância.** (org. Ana Maria Araújo Freire) São Paulo: UNESP. 2004.
- MENDES, Rodrigo Hübner. **Educação Inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um.** São Paulo: Fundação Santillana, 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de S.. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: Organização das Nações Unidas, 1948.
- PIMENTEL, Susana C. **Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos.** In: MIRANDA, Theresinha; GALVÃO FILHO, G.; Teófilo A. Org. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PPP, **Projeto Político Pedagógico EMEIEF Francisco das Chagas Ferreira.** Barreira-CE, 2022.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994.